



[ ORÇAMENTO: PROMESSAS PARA 2008 E EXPECTATIVAS PARA 2009 ]

as propostas de...

## Técnicos de contas querem acabar com regime simplificado no IRC

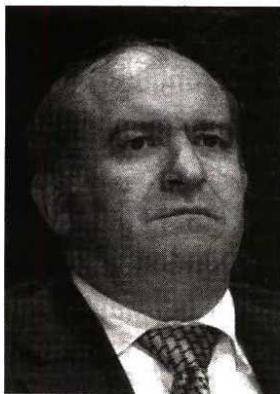
A câmara dos técnicos de contas entregou a semana passada no Ministério das Finanças 20 propostas fiscais para serem consideradas no Orçamento do Estado para 2009

A câmara dos técnicos oficiais de contas (CTOC) quer que o Governo acabe com o regime simplificado de tributação para as empresas. O argumento é que todas as sociedades colectadas em IRC têm obrigação de uma ter organização administrativa suficiente para manterem a contabilidade organizada e pagarem impostos dessa forma.

Mas há outras razões para o pedido de extinção deste regime. Desde logo, porque ele se transformou num verdadeiro quebra-cabeças para os contabilistas que, devido a interpretações erradas da Lei, enfrentaram pesados pedidos de indemnização de alguns dos seus clientes.

Desde 2001 que os trabalhadores independentes com volume de negócios inferior a 150 mil euros são tributados pelas regras do regime simplificado, a menos que comuniquem ao Fisco a preferência pela tributação ao abrigo do regime de contabilidade organizada. Uma das principais armadilhas prende-se com o facto de quem pretender ser tributado pelo regime de contabilidade organizada ter de renovar a opção todos os anos. Os contribuintes e muitos técnicos oficiais de contas não leram esta obrigatoriedade na Lei e viram-se forçados a manter-se num regime que lhes era menos favorável.

A opção pela contabilidade organizada deve ser formalizada «na declaração de início de actividade», «até ao fim do mês de Março do ano em que pretendem utilizar a contabilidade organizada como forma de determinação do rendimento, mediante a apresentação de declaração de alterações», lê-se no Código do IRC. Quem não o fizer, é obrigado a ficar três anos no regime simplificado, o que, nalguns casos, pode revelar-se



**O espírito societário obriga a uma organização administrativa suficiente [que permita a tributação através de contabilidade organizada].**

**Domingues de Azevedo**

presidente da CTOC

penalizador do ponto de vista fiscal. Uma rasteira com consequências análogas acontece com empresas que iniciam a actividade a meio do ano que, devido à apresentação de resultados magros nesse exercício, caem no regime simplificado no ano seguinte.

A CTOC apresenta ainda uma segunda razão: apesar de ter contado com uma adesão maciça por parte dos empresários em nome individual (colectados no IRS), o regime simplificado de tributação revelou-se um fracasso no caso do IRC. Actualmente, a grande maioria dos trabalhadores por conta própria pagam IRS através deste regime, enquanto que, do lado das sociedades, apenas 26 mil, num universo de 350 mil, aderiram a este sistema (algumas das quais de forma incauta).

Além desta proposta, a CTOC sugeriu a Carlos Lobo, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que estabeleça um valor mínimo de dedução para as pensões, já que as reformas superiores a 35 mil euros anuais estão a ser negativamente discriminadas nas actuais regras do IRS. Ainda neste imposto, propõe-se que as quotas pagas pelos profissionais às instituições de regulação profissional possam ser deduzidas no IRS, tal como acontece com as quotas pagas às ordens profissionais.

No plano das garantias dos contribuintes, a CTOC defende a revogação das normas introduzidas há um ano, no OE/2008, quanto à contagem do prazo de prescrição de dívidas, que veio dar mais tempo à administração fiscal para cobrar os créditos.

No IVA, pretende-se que as empresas apenas liquidem o imposto no momento da entrega do recibo, e não do da facturação. **EM**

o meu orçamento...

**LUÍS MIRA AMARAL**

Presidente do BIC Português

## Abdicava da RTP1 para dar mais meios à polícia

**Carlos Filipe Mendonça**

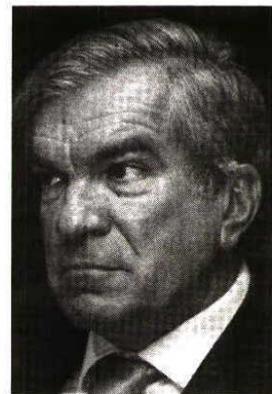
carlosmendonca@mediafin.pt

Deixou o Governo em 1995. O mesmo é dizer que há treze que anos que Luís Mira Amaral não sabe o que é ser obrigado a negociar prioridades no Orçamento do Estado. Por isso aceita agora o desafio. Se vestisse a pele de José Sócrates, o antigo ministro dos três Executivos de Cavaco Silva não tinha dúvidas: abdicava do canal um da RTP para poder ter mais e melhor polícia nas ruas.

A manta não cresce, é um facto. Para tapar de um lado é preciso destapar do outro. Mira Amaral sabe como as coisas funcionam nas vésperas do Orçamento do Estado chegar à Assembleia da República. Negociam-se prioridades. Corta-se aqui, liberta-se ali e o resto é igual ao défice. Consciente do ritmo deste exercício, o antigo governante não tem dúvidas em afirmar que «a prioridade do próximo OE tem de ser a segurança dos portugueses», o que significa «aumentar não só as dotações do Ministério da Administração Interna como o investimento no reequipamento das polícias». É urgente, diz Mira Amaral. Até porque, acrescenta, choca-lhe «imenso ver a criminalidade a aumentar através de esquemas cada vez mais sofisticados e os polícias portugueses a queixarem-se de falta de meios».

A prioridade está então definida. Agora, a segunda parte do exercício: onde cortar? «É sempre essa a questão», situa o ex-ministro de Cavaco Silva. Mas há solução: «Para quê continuar a gastar milhões com a RTP1 que faz exactamente o mesmo que os canais privados? Lembro-me de ter escrito isto no programa de Durão Barroso...». Nada mudou. E agora Mira Amaral volta a insistir na mesma tecla, defendendo que abdicaria do canal 1 da RTP para poder dar mais meios às polícias. «Não tinha dúvidas», sublinha antes de salvaguardar que manteria o serviço público no canal 2.

Ainda no que diz respeito à despesa, o agora presidente do BIC Português acrescenta que é «necessário avançar, de uma vez por todas, com a reforma da administra-



**É absolutamente ridículo haver ministérios só com um ou dois funcionários no quadro de excedentários.**

**Luís Mira Amaral**

Presidente do BIC Português

ção pública». A promessa foi feita. Os esboços estão apresentados. Mas Mira Amaral ironiza: «É absolutamente ridículo haver ministérios só com um ou dois funcionários no quadro de excedentários».

Sobram as famílias e o investimento nas grandes obras públicas. No caso das primeiras, «não há margem de manobra» para o Governo dar presentes. No caso das segundas, Mira Amaral alinha com o antigo ministro das Finanças, Luís Campos e Cunha: «Se antes da crise já questionava essas grandes obras – como o TGV – agora a decisão de suspendê-las é ainda mais evidente».